

## 4

### Um mosaico de experiências

As reflexões apresentadas anteriormente ganham outros contornos ao incluirmos as vozes de adolescentes sobre suas experiências com a maternidade. O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão sobre a gravidez no período da adolescência tecida a partir do relato de meninas grávidas na cidade do Rio de Janeiro<sup>15</sup>. Neste sentido, as narrativas são trazidas de modo que possam tensionar e ampliar os discursos recorrentes sobre o tema.

As *entrefalas*<sup>16</sup> foram áudio-gravadas e transcritas. A análise do material ocorreu do seguinte modo: num primeiro momento houve a leitura sistemática das transcrições, de modo que fossem assinaladas as questões mais representativas para se discutir a temática proposta. Posteriormente, as questões levantadas foram organizadas em blocos de temas semelhantes. Vale destacar que a análise aqui apresentada resguardou informações acerca dos participantes, tais como nomes e/ou dados que facilitassem o reconhecimento das identidades.

Outro fator importante a ser destacado diz respeito ao fato de que, embora a intenção seja revelar uma diversidade de questões que ficam emudecidas quando tratamos o tema de modo mais genérico, temos a consciência de que outros aspectos ainda permanecerão silenciados. Isso ocorre porque o pesquisador escolhe no momento da escrita do trabalho aquilo que deseja e considera pertinente retratar. É no texto que o pesquisador dá uma forma ao seu objeto de estudo, mesmo que provisória, o que significa admitir que o processo de pesquisa não se esgota em si mesmo, mas ao contrário se amplia e se completa no diálogo com seus interlocutores (Jobim e Souza & Albuquerque, 2011).

---

<sup>15</sup> Vale salientar que as entrevistas realizadas com as adolescentes constituem a pesquisa de campo descrita no capítulo III, realizada na Maternidade Escola da UFRJ e no Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth. A pesquisa se desenvolveu junto a adolescentes grávidas com idades entre 13 e 18 anos.

<sup>16</sup> Prefere-se fazer uso desta expressão no lugar de entrevista, por compreender um processo de interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

## 4.1

### Pluralidade de sentidos

*Estou me sentindo totalmente diferente de como eu me sentia antes, porque antigamente eu chamava uma pessoa de mãe, e agora eu vou ser chamada de mãe. (Tatiana, 16 anos)*

O objetivo deste tópico foi reunir algumas narrativas onde as jovens atribuem sentidos às suas experiências com a maternidade. Partimos do entendimento de que estes sentidos não são construídos isoladamente, mas que, ao contrário, se desenvolvem dentro de contextos sociais e culturais específicos. Desta forma, os discursos das jovens revelam uma diversidade de significados atribuídos à gravidez, demonstrando que a mesma pode ser vivenciada de diferentes modos, o que aponta para a necessidade de delinear um panorama capaz de ilustrar as diversas situações que encontramos no campo. Os itens a seguir visam a esse objetivo.

#### 4.1.1

##### **Gravidez na adolescência: um acontecimento indesejado ou um desejo planejado?**

Não é raro que a gravidez no grupo de 15 a 19 anos seja descrita como “precoce”, “indesejada” ou “não planejada”. Tais adjetivos empregados com a finalidade de dar significado a esta experiência encontram-se disseminados a ponto de sequer questionarmos a sua aplicação. Tal assertiva relaciona-se ao fato de que este período não seria apropriado tanto em termos sociais, quanto biológicos para gestação. Ocorre que ao mergulharmos no universo de sentidos atribuídos a gravidez pelas adolescentes que participaram da pesquisa encontramos algumas narrativas que diferem desta visão amplamente difundida tanto na literatura quanto nos meios de comunicação. Na contramão desta visão hegemônica, os discursos das adolescentes entrevistadas apontam para a possibilidade da gravidez como uma opção das jovens pela maternidade. Assim, a

reboque destes discursos que podem ser legítimos, as adolescentes vislumbram outras perspectivas como podemos observar:

*Elisa (18anos): Pra mim está sendo legal porque eu planejei com o meu esposo, não foi por acaso, foi uma coisa que tanto ele queria, quanto eu. No começo eu não queria (...), só que depois de tanta conversa, fui conversando e ele me estimulando que eu passei a ter vontade também, pra mim no momento estou gostando, está sendo maravilhoso, e mais ainda quando ela vier ao mundo, pra mim está sendo legal, tanto pra mim quanto pra ele.*

*Elisângela (pesquisadora): É mesmo, então ele já queria antes de você?*

*Elisa : É, ele queria, eu ficava falando que eu sou muito nova, vai que não dava certo? Tem dois anos que a gente mora junto, mas eu falava e se não der certo? Agora resolvermos ter, fomos ao meu ginecologista e conversamos, eu parei de tomar remédio e um mês depois eu engravidei.*

A narrativa de Elisa rompe com algumas visões cristalizadas em relação à gravidez na adolescência, nos permitindo problematizar as análises que, antecipadamente, consideram o fato como algo “imprevisto”, excluindo com isso outros olhares sobre a ocorrência da gestação. Alguns autores (Heilborn, 2002; Catharino e Giffin, 2002; Costa, 2003) têm advertido sobre o cuidado com generalizações sobre o jogo de vontades e desejos, relativizando a idéia de que a gravidez na adolescência se caracteriza necessariamente por ser indesejada ou não planejada.

No caso de Elisa, conforme visto a partir de seu discurso acima, nos chama a atenção o fato da mesma já vivenciar uma união conjugal, não sendo a formação de um novo núcleo familiar uma consequência da gravidez, mas antes a própria gravidez uma decorrência de um novo arranjo familiar inaugurado pelo casamento.

Ainda questionando o determinismo que orienta algumas declarações sobre o tema, os diálogos que se seguem apontam para essa perspectiva compreensiva da maternidade enquanto uma opção e um projeto de vida:

Beatriz (17 anos): *Eu sendo adolescente ou não eu sempre quis engravidar, há dois anos que eu tentava engravidar e não conseguia até que um dia eu engravidei, nunca tomei anticoncepcional, por isso eu achava que não podia engravidar, mas foi um planejamento, eu vivia minha vida, por isso que eu saí de casa com 13 anos e fui viver a minha vida, tenho cinco anos com meu esposo, estou grávida, mas não foi uma coisa que me deixou abalada, foi uma coisa que eu queria pra mim, tem muitas adolescentes que não querem, não é uma coisa planejada, no meu caso é diferente, a minha gravidez não está me dificultando nem me afetando em nada.*

Cristiane (18 anos): *Essa gravidez não foi como dizem: aconteceu! Ela foi mais ou menos planejada.*

Elisângela (pesquisadora): *Como foi então?*

Cristiane: *Como a gente sempre se gostou muito, começamos a falar sobre ter um filho, ele pediu pra que eu parasse de tomar remédio, eu parei, depois a gente até voltou atrás, ficou pensando que era melhor não, que ainda não estava na hora, mas eu não voltei a tomar o remédio e a gente não usava proteção, aconteceu, mas já estava esperando.*

Luciana (18 anos): *Pra mim é muito bom, foi porque eu quis mesmo, eu acho que essas coisas têm que acontecer quando a gente quer (...) Então pra mim está sendo bom, eu quis, minha mãe falou que eu sou maluca, porque sou muito nova, eu falei pra ela eu quis porque pra ter filhos mais tarde e não poder curtir, ter que viver trabalhando, trabalhando, não dá. Eu trabalho, tenho meu emprego, estou lá vai fazer três anos, não vou sair por causa da gravidez, pra mim está sendo normal.*

Observamos que os contextos, assim como o significado que cada gravidez assume na trajetória das jovens, evidenciam uma diversidade de situações que se contrapõem ao que freqüentemente é veiculado na sociedade mais amplamente. É interessante observar ainda que, a partir dos depoimentos, torna-se claro que a opção pela maternidade ocorreu num contexto de relacionamento afetivo estabelecido, o que também contradiz determinada visão de que gravidez neste segmento seria fruto de relações fortuitas e descompromissadas. Portanto, contrariando esta expectativa, em nossa pesquisa a maior parte das gestações ocorreu num contexto de namoro, e em alguns casos as jovens já coabitavam com o parceiro antes da gravidez.

Considerar que a gravidez na adolescência pode também se configurar como a realização de um projeto de vida significa um avanço em relação à literatura sobre o tema, e também ao modo como o acontecimento é difundido pela mídia. Frequentemente, este tema ganha destaque em jornais, revistas e programas de televisão, onde as reflexões giram em torno dos riscos físicos e psíquicos dessa experiência, além dos prejuízos sociais para a jovem mãe, centrados no afastamento da vida escolar e no abandono de projetos futuros. Raramente estes meios de comunicação focalizam estas experiências sob a perspectiva do desejo de maternidade e paternidade, ou seja, situações em que os adolescentes voluntariamente escolheram e decidiram por ter filhos. Portanto, estar aberto à escuta destas experiências a fim de compreender a especificidade inerente a cada situação, se constitui enquanto uma postura ética que se faz necessária.

#### 4.1.2

##### **Recepção da gravidez pela família: a rede de apoio**

A notícia da gravidez é recebida de diferentes maneiras, tanto pelas adolescentes, quanto por suas famílias e pelo pai da criança, que em alguns casos pode até também ser adolescente. Em nossa pesquisa a maior parte das entrevistadas demonstrou aceitação em relação à gravidez, mesmo que, em muitos casos, ela tenha ocorrido sem um planejamento. Entretanto, devemos considerar o fato de que a pesquisa ocorreu no momento em que as jovens realizavam o acompanhamento pré-natal, o que pode, em alguma medida, ter contribuído na maior frequência de relatos de aceitação em relação à gravidez, uma vez que a chegada de uma criança era uma realidade que vinha sendo gradativamente incorporada ao cotidiano das jovens. Além disso, explicitar o não desejo pela gravidez pode se tornar difícil numa sociedade em que a maternidade é culturalmente vinculada como parte do instinto das mulheres, sendo valorizada como importante atributo da identidade feminina (Heilborn *et al*, 2009).

É freqüente que o aviso da gravidez seja acompanhado de surpresa por todos os envolvidos. Mesmo que não houvesse uma prática preventiva regular em relação à gravidez, o momento de tomada de consciência é acompanhado de sentimentos angustiantes em relação aos desdobramentos do acontecimento; inicialmente a notícia provoca um “choque” e, gradativamente, vai sendo assimilada, como podemos observar nas narrativas:

Carla (17 anos): *Quando eu descobri estava com uma amiga minha somente, fiz um teste de farmácia e descobri que estava grávida, aí chorei, chorei. A primeira coisa que eu fiz foi contar pra minha mãe, a pobrezinha da minha mãe não sabia nem que eu não era mais virgem, coitada, eu contei tudo de uma vez só, pra abalar o sistema nervoso dela, ela falou pra mim que agora que eu já fiz era meu, tirar bebê de jeito nenhum, minha mãe me apoiou bastante nisso, porque eu chorava todo dia desesperada. No começo eu só pensava nas coisas ruins, que não ia poder fazer mais nada, eu vou ficar gorda, eu vou ficar feia, eu vou ficar tudo de ruim. Pra contar pro meu pai minha mãe levou ele na rua e contou pra ele sozinha (...) agora está todo mundo feliz, agora que já está chegando o fim todo mundo já se conformou, está todo mundo contente, doido pra ver ele logo.*

Marina (13 anos): *Descobri por um teste de farmácia, levei um susto, chorei muito, porque eu com 13 anos grávida, nunca tinha passado isso na minha cabeça, a sorte que ele estava comigo (se referindo ao namorado que estava presente), depois minha avó concordou em deixar eu ter, aí eu fiquei tranqüila, mas no começo eu fiquei bastante nervosa.*

Observamos que o abalo provocado pela constatação da gravidez passa por um processo de reordenamento subjetivo, onde o fato vai sendo paulatinamente incorporado à vida das jovens, sendo o apoio familiar de fundamental importância neste momento.

Reiterando essa discussão, Cabral (2005) traz as reflexões de Vilar e Gaspar (1999) os quais argumentam que entre adolescentes a situação mais comum é a de que a gravidez não seja interrompida, mesmo não sendo planejada. Estes afirmam ainda que a “desestruturação” temporária gerada pela gravidez na adolescência passa por um “processo de assimilação”, onde a gestação, inicialmente percebida como desvio no curso da vida, passa a ser gradativamente aceita nos diversos níveis de convívio do jovem, sobretudo no âmbito da família. Para Vilar e Gaspar (1999), o processo de assimilação “se desenvolve em função

dos valores sociais relativos à infância, à feminilidade e/ou às relações de gênero” (p.61).

Nas entrevistas realizadas, verificou-se uma reação de contentamento com a gravidez por parte das famílias das adolescentes, o que não significa dizer que a notícia não tenha gerado conflitos no núcleo familiar. Na maioria dos casos, a figura da mãe é identificada como aquela que ofereceu o maior suporte emocional, sendo de grande importância no processo de assimilação do novo papel da jovem, agora também mãe.

*Tatiana (16 anos): A minha mãe ficou feliz porque vai ser avó e eu fiquei assustada, porque eu não esperava, eu tomava remédio, me cuidava, de repente aconteceu! (...) Às vezes eu penso que não vou agüentar a pressão, depois eu conversei com a minha mãe e ela me alivia.*

*Andréia (14 anos): Eu nunca imaginava né, mas na família todo mundo aceitou numa boa, o meu pai não aceitou muito no começo, agora que ele está aceitando mais quando soube que era um menino, mas a minha mãe aceitou já no começo.*

*Ana (18 anos): minha mãe ficou feliz da vida, o pai que fica meio... o meu pai é ciumento pra caramba, então ele ficou uns dias sem falar comigo, mas depois voltou. Já minha mãe de cara ficou feliz.*

Podemos notar uma diferença de gênero na recepção da notícia. Os pais das adolescentes tendem a resistir mais ao anúncio da gravidez, o que possivelmente pode ter relação com o desconforto em ver a sexualidade da filha se tornar pública a partir deste momento. De maneira inversa, na ocorrência de uma paternidade na adolescência, observa-se certa valorização do exercício da sexualidade masculina, sendo esta vista como prova da condição sexualmente ativa do rapaz.

Costa (2002), em sua pesquisa com adolescentes que foram mães entre 10 e 14 anos, em Juiz de Fora, corrobora a importância da rede de apoio, ressaltando que o amparo familiar torna-se decisivo nos desdobramentos da maternidade na adolescência. Em sua análise, ela aponta ainda que este suporte de acolhimento é principalmente feminino, sendo “fundamental para que as adolescentes possam enfrentar a condição de ser mãe e dar conta das novas

responsabilidades que passam a assumir” (p.60). Alguns relatos de nossa pesquisa vão ao encontro a estas análises:

Jaqueline (17 anos): *Foi difícil no começo, mas agora está sendo uma das melhores coisas que aconteceu, mas no começo foi muito difícil, com o apoio da minha mãe e do meu namorado às coisas foram melhorando na cabeça da gente.*

Carla (17 anos) - *A minha mãe já deixou claro pra mim que pra eu estudar ela vai me ajudar, agora para eu sair ela não vai não, então eu pensei em fazer isso mesmo, fazer a faculdade, esperar chegar no meio do semestre que vem, porque já vai dar pra eu amamentar direitinho, seu eu não conseguir a faculdade vou trabalhar porque a minha mãe deixou essa oportunidade pra mim, não me obrigou a trabalhar, me deu oportunidade de eu poder estudar, fazer uma faculdade e cuidar dele.*

Jaqueline (17 anos): *Minha mãe ficou (pensativa, tenta encontrar a palavra) preocupada, mas sempre me ajudou me apoiou e o meu namorado também, ficou feliz, no começo também ficou com medo, assustado, mas agora já está tudo bem.*

É notório que a rede de apoio desempenha um papel fundamental no processo de assimilação da gravidez. Neste contexto, a ajuda ofertada pela família, seja de ordem material ou não, bem como a paternidade assumida, remetem a uma maior aceitação da gravidez.

Márcia (18 anos) : *Eu morava somente com minha mãe, ela é separada, na hora foi um baque pra ela, porque eu era a bebezinha caçula, mas depois ela aceitou até porque o pai assumiu, eu moro com ele, então ela ficou mais tranqüila.*

O acolhimento da adolescente grávida pela família, mesmo após um primeiro momento de angústia e crise familiar, contradiz o discurso habitual de que gravidez na adolescência não somente é fruto, mas também determinante de uma desestrutura familiar. Além disso, dividir este momento com o pai da criança é significativo para as jovens, sendo a ausência deste suporte um elemento que entrava o processo de aceitação da gestação, não apenas pela jovem, mas também por sua família. Esta angústia é fruto da construção social de que uma boa maternidade necessita de uma paternidade assumida, o que reitera o sentido de família nuclear. Ana (18 anos) nos apresenta sua experiência:

*Eu já tinha pensado em ser mãe, mas não agora, futuramente, eu imaginava completamente diferente a minha gravidez, com todo mundo apoiando, tendo o pai da criança próximo, no caso não é o que está acontecendo e eu me sinto mal com isso, porque não tenho o apoio, mas por parte dele mesmo (referindo-se ao pai da criança).*

Ainda sobre esta questão a jovem completa: “eu me encontro meio sozinha, eu não esperava ser desse jeito, fico meio perdida”

A reação das famílias frente à gravidez das filhas sugere que algumas mudanças sociais têm refletido no modo como este núcleo recebe a reprodução desvinculada do matrimônio, que é o caso mais comum entre as adolescentes. Isso porque garotas vivenciarem a maternidade no período descrito como adolescência não configura uma novidade, mas o que muda agora é o fato dela ocorrer fora do casamento (Longo e Rios-Neto, 1998). Somam-se a isso as novas expectativas sociais para este momento da vida, que deve ser reservado para a escolarização e profissionalização, devendo a reprodução ser postergada para um momento subsequente. Diferentemente de um momento histórico em que a gravidez desvincilhada de uma união matrimonial acarretava uma desvalorização das mulheres pelo contexto social, podendo inclusive resultar em expulsão do ambiente familiar, hoje, observamos um cenário diferente, principalmente em função da relativa perda do valor da virgindade das mulheres, mesmo com variações culturais. Cabe destacar que a reprovação ao exercício da sexualidade fora do casamento era exclusividade das mulheres, pois para os homens esse era um aspecto incentivado culturalmente. Sobre as mudanças de valores Kehl (2004) apresenta:

Até poucas décadas atrás, a gravidez na adolescência era uma catástrofe ou uma vergonha na família. A virgindade valorizava as moças em idade de casar, e a gravidez precoce indicava algo de podre na família, incapaz de transmitir a uma das filhas o código da moral burguesa que lhe garantiria um casamento ‘digno’ no futuro (p. 106)

Contudo, não podemos deixar de mencionar que, apesar de observamos algumas mudanças nas regras sociais que instituem o namoro entre os adolescentes na atualidade, acompanhadas de maior tolerância parental e social ao exercício da sexualidade dissociado do casamento, “a virgindade ainda é uma referência importante em relações que entrelaçam afetividade e sexualidade” (Marinho; Aquino e Almeida, 2009, p.236).

Segundo Knauth *et al* (2006, p.404), a maior aceitação por parte do núcleo familiar está relacionado “por um lado, às mudanças dos costumes sexuais no

Brasil e, por outro, a uma cultura de reciprocidade e valorização da família que é forte na sociedade brasileira”. Neste novo contexto social e cultural, a família se torna o principal suporte das jovens que afirmam que sem este amparo teriam maiores dificuldades em lidar com o acontecimento.

Outro elemento aceito pela literatura especializada em discutir a gravidez na adolescência é a importância da contextualização das famílias de origem dessas adolescentes, uma vez que, em grande parte, as mães dessas jovens também se tornaram mães no mesmo período, o que sugere a repetição de um padrão familiar de entrada na vida reprodutiva com uma idade que contemporaneamente se considera precoce (Costa, 2002). Embora consideremos esta análise relevante na compreensão do tema, nosso estudo não avaliou essa relação, pois o foco estava na maneira como as jovens significavam suas experiências com a maternidade. Contudo, consideramos que estas análises merecem alguns reparos, para que a gravidez não seja vista como um “destino” inexorável de garotas cujas mães tiveram filhos antes dos 20 anos. Deste modo, destacamos que as jovens podem traçar trajetórias singulares, principalmente ao verem ampliados seus projetos profissionais e pessoais de acesso à educação, onde a maternidade pode estar inserida ou não (Aquino, *et al*, 2006).

### 4.1.3

#### **Maternidade: valorização, dilemas e conflitos**

De maneira geral percebemos em nossa sociedade uma grande valorização da maternidade. Os discursos em torno do assunto tendem a ressaltar o amor materno como algo instintivo, como uma tendência inata, portanto, obrigatória às mulheres. Contudo, as atitudes maternas, bem como o papel de mãe, têm se modificado com o decorrer de nossa história, o que pode nos levar a (re)pensar a maternidade como um comportamento social, que se ajusta a um determinado contexto sócio-histórico (Badinter, 1985). Esta autora contesta o mito do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe por seu filho demonstrando em seu trabalho que aquilo que concebemos, hoje, como um comportamento “natural”

das mulheres, se trata de um processo que sofreu muitas modificações ao longo dos séculos.

O conceito de maternidade perpassa a questão da imagem da criança ao longo dos séculos. Foi na França do século XVIII que começaram as transformações na imagem da maternidade. Nesse período, as mulheres iniciaram um movimento de mudança que as levou a buscar novos espaços e ambicionar novos horizontes. Assim, os filhos poderiam representar uma ameaça à sua liberdade. É também nesse período que a criança passou a ter um lugar mais privilegiado na família (Áries, 1981). A família distanciou-se da sociedade e confinou-se, cada vez mais, em uma vida particular. Dentro desta perspectiva, o século XVIII, foi marcado por uma revolução de mentalidades e por uma reformulação da imagem de mãe, de seu papel e de sua importância (Badinter, 1985). A mãe passou a ocupar um outro lugar na família, relativizando o poder paterno, até então exclusivo. Neste contexto, como reação a essas novas ideias, surgiram diversas publicações que recomendavam às mães que cuidassem pessoalmente de seus filhos e que fossem mães antes de tudo, surgindo daí o mito do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe por seu filho, o que é bastante contestado por Badinter (1985). Tal discurso é internalizado pela sociedade favorecendo um contexto onde a maternidade passa a ser bastante valorizada.

Apesar dos valores conferidos à maternidade, o momento em que se descobre a gravidez pode vir acompanhado de sentimentos ambivalentes. Observamos que, se de um lado a sociedade sinaliza que tornar-se mãe é um caminho desejável e de grande valor, no que toca às adolescentes esta prerrogativa se inverte; freqüentemente elas são consideradas desviantes diante da norma em relação à maternidade e ao lugar da mulher, quesito que se relaciona com a questão etária. Essa visão hegemônica acerca da gravidez na adolescência aponta para o fato de que, embora em nossa pesquisa a tendência encontrada tenha sido de uma maior aceitação por parte das jovens e do seu contexto familiar, essa é apenas uma das possibilidades de incorporação desta realidade, estando longe de ser a que predomina.

Maria (18 anos, 2ª gravidez): *Na minha primeira gravidez minha mãe queria que eu tirasse, porque eu descobri muito cedo, eu disse que não ia tirar, e tive a minha filha (...) Mas este aqui já está sendo mais difícil pra eu aceitar, porque não estava nos meus planos ter outro filho agora, eu queria fazer um curso, queria voltar a estudar, queria trabalhar, queria fazer um monte de coisas. Eu descobri com quatro meses, tentei tirar, tomei remédio pra abortar, não consegui vim parar aqui no hospital, precisei tomar soro, fazer ultra pra ver como estava o neném, porque eu não queria aceitar de jeito nenhum.*

(...)

*Depois que eu vi que eu teria mesmo que ter essa criança eu passei a ignorar o neném, eu fingia que não estava grávida, ignorava, agora já no final da gestação que eu estou aceitando mais, já estou comprando roupinha, mas eu não queria. Já a minha filha apesar de ser o primeiro eu queria muito, agora esse eu não queria porque a família do meu marido estava contra, falou que eu engravidei de propósito, até meu marido falou que eu fiz de caso pensado.*

Na ocasião da entrevista, Maria estava com cerca de oito meses de gestação de seu segundo filho e relatou espontaneamente a tentativa de interrupção da gravidez. O assunto do aborto não foi tematizado nos encontros, já que esperamos que se apresentasse espontaneamente, o que está de acordo com a opção metodológica que apresentamos. Ainda assim, reconhecemos que falar de reprodução significa também considerar a alternativa de interrupção da gravidez. Esta é uma possibilidade que envolve vários atores no processo de decisão pela manutenção ou não da gravidez, mesmo em um contexto como o brasileiro, onde esta prática permanece ilegal. Sobre esta questão, Aquino *et al* (2006) reflete:

*As dificuldades na mensuração dessa prática mostram-se sobretudo em contextos em que o procedimento é ilegal, embora problemas de sub-relato do evento persistam mesmo com sua legalização. Isso porque os aspectos morais, éticos e religiosos envolvidos na decisão de interrupção de uma gravidez levam as mulheres a omitir sua declaração (p.347)*

Além de Maria, duas entrevistadas também mencionaram experiências de aborto, fazendo o uso de medicamentos para induzi-lo em gestações anteriores. Em um destes casos, a decisão pelo aborto foi justificada pela jovem a partir do argumento de que o atual companheiro não iria assumir um filho de outra relação (a jovem ainda não sabia da gravidez quando iniciou este novo relacionamento). No outro caso, a interrupção se deu pelo fato da jovem considerar que aquele não

era o momento para ter um filho, compartilhando, assim, a decisão com o parceiro e a “sogra”; a adolescente tinha 13 anos na época, e sua família somente veio a ter conhecimento do aborto em virtude das complicações clínicas que a jovem apresentou após a ingestão do medicamento.

As situações apresentadas apontam para a necessidade da temática “aborto” ser incluída nas reflexões sobre uma gravidez não prevista na adolescência. Os estudos epidemiológicos voltam-se majoritariamente para uma descrição do perfil das mulheres, das variáveis sócio-demográficas e dos métodos utilizados, não havendo uma reflexão sobre as representações construídas pelas mulheres que optaram por essa intervenção, o que impede o conhecimento acerca das práticas do aborto. Estes estudos não abordam os problemas específicos enfrentados pelas adolescentes face à escolha do aborto. Chamando a atenção para urgência deste debate, Peres e Heilborn (2006) afirmam:

A ausência de debates sobre a especificidade da interrupção da gravidez favorece uma visão reducionista sobre o significado desse evento no início da trajetória reprodutiva, na medida em que não é levado em conta o fato de que a decisão sobre a continuidade de uma gravidez abriga, ainda que de forma não revelada, a eventual possibilidade dos ônus e riscos da opção pelo aborto. A influência e a autoridade dos pais sobre os jovens também não são examinadas nos trabalhos. Deve-se também considerar que algumas jovens omitem dos familiares a informação da gravidez. Por fim, não são conhecidas as circunstâncias nas quais o casal adolescente realiza uma escolha sem consultar a família, busca recursos para o aborto e o concretiza, o que implica o conhecimento dos modos de negociação desenvolvidos entre os dois jovens. Assim, a impossibilidade legal do aborto deve integrar a multiplicidade de fatores envolvidos em qualquer análise sobre a reprodução no início da vida sexual e reprodutiva. (p.1412)

A dificuldade em aceitar a gravidez também apareceu de outras maneiras:

Valéria (15 anos) - *Está sendo tudo um susto, eu não queria estar grávida, mas já que estou fazer o que?*

Diana (16 anos) - *Eu não queria estar grávida, não tenho muito o que falar porque minha mãe sempre conversou comigo, foi falta de cuidado mesmo.*

Adriana (16 anos) - *A minha reação não foi boa (...) eu tinha aquele pensamento de rejeição.*

Outro fator que pôde ser observado diz respeito ao fato de que a notícia da gravidez também veio acompanhada de sentimento de culpa por parte de algumas

adolescentes, como podemos observar na narrativa de Débora (18 anos), que enfatiza o “erro” que considera ter cometido:

*Pra mim está sendo uma situação muito difícil, porque era uma coisa que eu não esperava nessa idade, eu tinha planejamento de me casar primeiro, ter o meu emprego e depois ter filho, mas assim aconteceu de repente eu não pude evitar, não tinha como evitar (...) apesar de já estar com alguns meses, mas a cada dia eu tenho dificuldade de aceitar esse fato, porque pra mim é algo novo, então tudo que é novo pra mim me desestabiliza, então eu não consigo aceitar muito bem. E por outro lado eu vejo que não tem como, não tem muito jeito de ir por outro caminho, porque não há um outro caminho, tem que seguir por esse caminho e passar pelas dificuldades e isso é o que me machuca mais, por eu ter deixado isso acontecer, por ter caído nessa falha, nesse erro e não poder mais consertar, visto que já está feito, já está consumado.*

No momento de nosso encontro, Débora tinha como meta o ingresso em uma universidade pública, e para tanto estava prestando exames para diversas instituições. Nesse contexto, a gravidez era percebida como algo que viria a dificultar a concretização de tais projetos.

O olhar moralizante para com as adolescentes grávidas, que não necessariamente é verbalizado, mas circula, muitas vezes, silenciosamente, faz com que algumas garotas sintam vergonha por estarem grávidas.

*Débora (18 anos) - Mudou muita coisa, muita coisa mesmo, a vergonha tem sido dobrada, eu tinha uma vergonha boba na adolescência de namorar, eu nem comentava com as pessoas de namoro e tal, e agora que veio isso de gravidez no namoro, eu tenho vergonha, eu não consigo mais sair pra cinema, teatro, essas coisas assim que eu fazia antes, eu não estou conseguindo mais, porque eu tenho vergonha da situação que eu estou vivendo, por eu nunca ter passado por isso eu estou tendo vergonha.*

(...)

*Na minha casa foi meio que assustador, porque ninguém esperava isso de mim, porque eu sou uma menina muito quieta, muito na minha, eu tento fazer as coisas certas, tento não errar muito para as pessoas não ficarem falando de mim, porque eu não gosto que falem mal de mim, ainda mais quando eu dou motivo, então eu não gosto de dar motivo pra isso.*

Maria (18 anos) - *É vergonha, eu também tinha muita vergonha, eu não saía de casa, na minha primeira filha eu não saía de casa, porque eu moro em comunidade, onde é praticamente normal meninas dessa idade engravidarem, mas elas já são dessa vida, já tem vários parceiros, mas eu não era assim, eu estudava, já fiz curso de informática, de inglês, eu não tinha nem namorado, então todo mundo falou “a Maria grávida, meu Deus isso não é possível! Essa menina que subia e descia com o pai dela”. Eu trabalhava, mas o meu pai sempre me buscava no trabalho, tinha aquele cuidado comigo e aconteceu. Eu tinha muita vergonha, esse aqui eu tive mais ainda porque as pessoas falaram de novo! Você não aprendeu a lição não? Porque a primeira vez, tudo bem, mas a segunda.*

As narrativas demonstram que, especialmente para algumas meninas, assumir a gravidez perante a sociedade pode ser bastante complicado. Débora e Maria demonstraram desconforto à condição de grávidas, o qual foi gerado ao compreenderem que haviam “quebrado” com as expectativas sociais depositadas sobre elas antes da gravidez. Isso porque além de romper com a ideia de que este período seja reservado para escolarização e profissionalização, estar grávida também significa assumir publicamente o exercício de sua sexualidade, o que pode ser mais difícil para algumas adolescentes. As jovens nos sinalizam, a partir de seus discursos, que o imaginário social concebe certa caracterização da adolescente grávida, ou seja, quando a adolescente é considerada “rebelde”, por exemplo, a gravidez se justifica e entende-se que pode até se constituir enquanto um projeto de vida. Contudo, se pelo contrário, a jovem é considerada “certinha” o pânico aparece e a gravidez é vista como um problema ainda maior. Com isso, percebemos que não apenas a experiência da gravidez na adolescência é heterogênea, mas a forma como cada indivíduo lida com o “problema” também.

#### 4.1.4

##### **Idealizações em relação à maternidade**

Como apresentamos no tópico anterior, a maternidade adquire valor elevado em nossa sociedade. Entretanto, este elemento também ganha contornos diferenciados em relação às classes sociais. Entre as classes economicamente mais favorecidas, observamos a valorização da formação acadêmica e profissional,

devendo a maternidade e/ou a constituição de uma família serem adiadas de forma a não comprometer a futura inserção no mercado de trabalho e a consequente aquisição da autonomia financeira. Nas classes populares, a trajetória escolar e profissional não ocorre, necessariamente, de modo tão linear. A realidade deste contexto “exige” que os/as jovens deste segmento obtenham autonomia mais cedo, buscando inserção no mercado de trabalho para contribuir com o orçamento familiar, sobretudo no caso dos meninos. As meninas, muitas vezes, são responsáveis pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos, cooperando para que o pai e/ou a mãe possam trabalhar (Cabral, 2005). Podemos observar essa questão nas declarações das jovens:

*Tatiana (16 anos): Eu tenho três irmãos, quando eles eram pequenos eu ajudava a minha mãe a cuidar deles aí pra mim vai ser mais fácil cuidar da criança, mas agora a responsabilidade é toda minha, porque antigamente eu só ajudava a minha mãe e agora a minha mãe que vai me ajudar.*

*Rafaela (18 anos): Eu tinha vontade de ser mãe desde os meus 10 anos de idade, quando a minha mãe teve o meu irmão, eu cuidava dele como se fosse meu filho, eu cismeí que queria ser mãe e depois esqueci, agora quando eu menos pensei (fica pensativa).*

*Luciana (18 anos): Porque eu sempre quis ser mãe, sempre, sempre, sempre. Minha mãe tem dez filhos, então dois eu ajudei a criar, ela falou que desde pequenininha eu tirava o meu irmão do berço e ficava rodando com ele pela casa, ela disse que às vezes levava susto porque eu descia escada com ele no colo, sempre fui louca por criança.*

Estas narrativas nos permitem pensar que desempenhar os papéis de esposa e mãe pode se configurar como uma trajetória “natural”, em função da inserção dessas jovens num ambiente que, de certo modo, limita seus projetos de escolaridade e qualificação profissional.

As falas também reiteram a positividade e o desejo em serem mães. Entretanto para além da compreensão da maternidade como uma função valorizada socialmente, podemos pensar essas narrativas também como forma de dar sentido ao momento que vivenciam.

Colaborando com esta discussão, Costa (2002) também observou em seu estudo com adolescentes grávidas, que em muitos casos as meninas são “treinadas” desde cedo para cuidar da casa e das crianças. Nota-se que apesar das

transformações na organização familiar, há uma marca da divisão sexual do trabalho, que reserva ao homem a função de provedor, e às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado das crianças, “mantendo-se a família como a esfera prioritária de identificação feminina, isto é, o lócus na qual sua identidade é prioritariamente referida” (Costa, 2002, p.58)

Por sua vez, Brandão (2006) argumenta que a gravidez na adolescência nas classes menos favorecidas pode se configurar como um reconhecimento social – um projeto de vida – como resultado da dificuldade de inserção social das jovens em outros espaços.

Nas narrativas que se seguem, as adolescentes sugerem que a gravidez para elas se configurou como uma espécie de “rito de passagem” para vida adulta, uma vez que a partir deste momento passam a reconhecer em suas atitudes características que até então não eram percebidas. As jovens demonstraram que a gestação trouxe uma nova percepção de si, permitindo que se sentissem mais responsáveis, maduras e centradas. Neste sentido, a maternidade para elas pode representar um “abalo” positivo, trazendo um novo sentido para suas vidas e impulsionando à elaboração de projetos futuros.

*Roberta (17 anos): (...) eu me olho e vejo que eu amadureci mesmo, por isso eu falo pra você que são mais pontos positivos do que negativos, minha mãe percebe isso, e meu pai também vê que pra mim foi bom. (...) O momento não era, mas aconteceu, foi bom, foi muito bom, eu acho que era isso que eu estava precisando pra acordar de vez, foi mais um incentivo porque eu estava muito desligada, eu ia pro colégio porque tinha que estudar, minha mãe nunca reclamou de nota, porque eu sempre tiro nota boa, agora é mais um incentivo eu tenho que estudar porque agora eu tenho meu bebezinho.*

*Fabiana (16 anos): Eu acho que eu vou melhorar muito, apesar de que eu já melhorei bastante, mas acho que vou melhorar ainda mais, vou ser mais responsável, vou ter coisas pra fazer de que eu possa me orgulhar um dia, porque as coisas que eu já fiz hoje em dia eu não tenho orgulho, então eu acho que pra mim vai ser ótimo, apesar de ser nova, mas quando eu estiver com 30 anos o meu filho já vai estar com 15, já um rapaz namorando, hoje em dias as pessoas com 11 anos já estão namorando, vai ser uma maravilha pra mim.*

Teresa (17anos): *Mudou meu modo de pensar, eu amadureci bastante, ainda tenho muito que aprender, mas eu não sou mais aquela pessoa que eu era antes, eu era muito infantil, não ligava pra nada e agora estou começando a ter responsabilidade, coisa que eu não tinha.*

Ainda sobre as representações de maternidade, as adolescentes ao se perceberem como futuras mães podem expressar o desejo em reproduzir com seus filhos o exemplo de suas mães, como é o caso de Carla (17 anos).

*Eu mudei muito mesmo, acho que por minha mãe, pelo que minha mãe fez por mim, pelo que vejo ela fazer por mim, eu me espelho muito nela, em ser uma pessoa pra ele do jeito que ela foi pra mim.*

Ou relatar a vontade de construir uma maternidade que se diferencie do modelo de sua família de origem. Neste sentido, a experiência de ser mãe é vivenciada como a possibilidade de construir um novo projeto de família.

Beatriz (17 anos): *É uma experiência de vida, o que ela (se referindo a mãe) não foi pra mim eu quero ser para os meus filhos (...) eu quero ter a minha família, o que eu não tive eu quero ter, eu quero construir isso, tem muita garota que só quer curtir a vida, indo pro baile, deixando o filho com a avó, e não é assim que eu penso, eu quero casar e ter o meu filho.*

Buscamos trazer as vozes das participantes para perceber como o ideal da maternidade vem sendo assimilado pelas adolescentes. Neste sentido, refletimos que o contexto social e o leque de oportunidades aos quais as jovens têm acesso podem, em alguma medida, colaborar para que a experiência da maternidade se torne mais urgente em detrimento dos projetos de escolarização e profissionalização.

#### 4.1.5

### Reprodução e familiaridade

Historicamente, a chegada de uma criança esteve ligada à consolidação de um núcleo familiar já constituído. Quando a gravidez acontecia fora de uma união conjugal, a atitude dos pais era de, rapidamente, oficializar a situação do casal, evitando maiores constrangimentos para as jovens e suas famílias. Entretanto, hoje, a gravidez ainda permanece como um componente que favorece a formação de um novo núcleo familiar.

Elisângela (pesquisadora): *Vocês foram morar juntos quando você soube que estava grávida?*

Maria (18 anos): *Sim, quando eu estava com quatro meses a gente foi morar junto. Mas como ele é militar, ele estava fazendo curso e só vinha pra casa na sexta, ele ficava sexta, sábado e domingo em casa e de segunda a quinta no quartel, então eu ficava muito com a minha mãe. Ele só passou a ficar em casa depois que a minha filha nasceu, porque aí ele terminou o curso.*

Elisângela (pesquisadora) - *Você mora com seus pais?*

Jaqueline (17 anos) - *Não, moro com meu namorado.*

Elisângela - *Vocês já moravam juntos antes da gravidez?*

Jaqueline - *Não, fomos morar juntos há pouco tempo, mas a gente namora há bastante tempo.*

Essas narrativas evidenciam a existência de uma relação estreita entre reprodução e familiaridade. Nesse caso, a ajuda da família é fundamental na construção deste novo lar, como podemos constatar na fala de Leila:

Elisângela (pesquisadora): *Você continua morando com seus pais?*

Leila (15 anos): *Por enquanto, a gente vai fazer uma casinha pra gente e vamos morar juntos, meu pai está até começando a construir já.*

Elisângela: *Perto de onde seus pais moram mesmo?*

Leila: *É, em cima da casa deles.*

Ainda que haja uma “pressão” social para que as jovens mães passem a coabitar com os pais das crianças, os dados de nossa pesquisa revelam que algumas mudanças vêm sendo operadas neste sentido. É certo que, de um modo geral, as famílias encaram com mais tranqüilidade a gravidez quando o vínculo do casal já está consolidado ou haja planos de casamento. No entanto, a tendência que encontramos foi de a maior parte das jovens permanecerem residindo com o núcleo familiar de origem após a gravidez. Das trinta e duas jovens, dez passaram a residir com os parceiros após a gestação, dezesseis permaneceram morando com os pais, seis já coabitavam com os parceiros bem antes; nestes casos, a gravidez estaria inscrita em um processo de consolidação do núcleo conjugal.

Destacamos que os dados apresentados não encerram uma pretensão de confirmar ou refutar a existência de um comportamento dominante em relação à gravidez na adolescência enquanto aspecto desencadeador de uma união conjugal. Os dados que encontramos apenas indicam que este é um elemento em transformação, merecendo ser alvo de outras investigações.

#### 4.1.6

##### **Sobre a utilização de métodos contraceptivos: negociação e hierarquia de gênero**

A reflexão contida neste tópico parte de alguns estudos recentes sobre a utilização de métodos contraceptivos. Tradicionalmente, o tema da contracepção é associado às mulheres, tendo como referência a preocupação em evitar uma gravidez. Contudo, a partir da década de 90, com o crescimento dos casos de Aids entre a população feminina nos diferentes continentes, ficou notório o grande desafio em promover a adoção de práticas sexuais mais seguras e o lugar especial das mulheres como agentes na defesa de seus direitos sexuais, reprodutivos e pela vida (Castro, Abramovay e Silva, 2004).

A negociação do uso do preservativo masculino esbarra em padrões sociais pautados em relação de gênero, vulnerabilizando particularmente as mulheres, muitas vezes com sua cumplicidade, é quando a insegurança afetiva, a noção de amor romântico e fidelidade, podem contribuir para que as mulheres abram a

guarda em relação a administração do seu poder de fecundação e direito a se prevenir em relação a DST/Aids – o que se demonstra nas análises sobre motivos para o não uso da camisinha (p.171).

No Brasil, os primeiros inquéritos sobre comportamento sexual e reprodutivo, envolvendo jovens de ambos os sexos datam do final da década de 1980 (BENFAM, 1992), onde se constatou baixa prevalência (23%) de uso de métodos contraceptivos no início da atividade sexual, entre as cidades pesquisadas (Marinho *et al*, 2009). Os estudos sobre iniciação sexual dos jovens cresceram na medida em que esta população passou a ser identificada como um importante grupo populacional, em termos de risco epidemiológico para doenças sexualmente transmissíveis, tornando-se o público alvo das campanhas de prevenção. Neste sentido, Paiva *et al* (2008) afirmam:

O interesse no tema está relacionado à associação entre comportamento na primeira relação sexual e o estabelecimento de padrões comportamentais que podem permanecer por toda vida e à identificação de que o início da vida sexual por pessoas muito jovens seria um fator de risco para gravidez na adolescência e aquisição de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV (p.46).

Entretanto, dados de estudos mais recentes evidenciaram um rápido aumento do uso de contracepção na iniciação sexual, particularmente pelo uso de preservativo. Os resultados de duas pesquisas nacionais revelam que o aumento do uso do preservativo na iniciação sexual subiu de 47,8% em 1998, para 65,6% em 2005 (Paiva *et al*, 2008).

Por sua vez, Marinho *et al* (2009) questiona a limitação dos estudos demográficos que priorizam investigar macrodeterminantes, analisando a relação entre renda *per capita* e nível de escolaridade com o uso de preservativos na iniciação sexual. Discute, ainda, a prevalência de contracepção, segundo indicadores clássicos, como: faixa etária, conhecimento, fontes de informação, assim como os tipos de contraceptivos utilizados e as razões para o não uso. Para os autores, a realização sistemática destes estudos tem sido fonte preciosa de

monitoramento do uso de métodos embora elucide pouco os fatores microsociais envolvidos na adoção de práticas contraceptivas

Complementando os estudos acima, outras pesquisas de caráter socioantropológicos investigam a sexualidade considerando os elementos relacionais e contextuais envolvidos nas práticas de prevenção. Estas pesquisas enfatizam questões como a natureza dos relacionamentos, a diversidade de motivações para as práticas sexuais e de proteção, e a complexidade do processo de decisão para a adoção de práticas preventivas. Nesta perspectiva, é fundamental compreender que as práticas contraceptivas são inscritas em relações hierárquicas e assimétricas de gênero, assim como de classe social e raça/etnia, as quais são modeladas por normas sexuais e contraceptivas prescritas a partir de vários discursos: da medicina, da religião, da demografia, da educação, entre outros. Compartilharmos de um viés que considera fundamental incluir o contexto social mais amplo na reflexão sobre práticas preventivas na iniciação sexual, integrando os estudos demográficos e sócio-antropológicos para uma melhor compreensão destas práticas.

A Pesquisa GRAVAD<sup>17</sup> apresenta alguns elementos sobre a iniciação sexual dos jovens brasileiros. Os dados desta pesquisa demonstraram que as moças tendiam a iniciar-se sexualmente tempos depois do começo de relacionamento; 77,2% delas aguardaram no mínimo três meses para que isso acontecesse, enquanto apenas 35,3% dos rapazes encontravam-se na mesma situação. Além disso, no que tange à faixa etária no momento da iniciação sexual, a idade mediana foi de 17,9 anos para elas e, para os eles de 16,2 anos. A pesquisa mencionada acima expôs dados similares aos encontrados na Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, de 1996 (BENFAM, 1999), pois também verificou uma tendência dos homens a iniciarem-se mais cedo sexualmente que as mulheres.

Neste sentido, observamos que, diferentemente do que supõe o senso comum, entre os jovens, o começo da vida sexual com parceiro (a) não ocorre em idade considerada precoce. As informações também revelam que a iniciação

---

<sup>17</sup> Ver nota de rodapé no primeiro capítulo deste trabalho.

sexual para os homens não se altera segundo variáveis sociais: escolaridade, renda, religião, cor/raça. Ou seja, a idade da iniciação sexual dos rapazes é bastante homogênea, o que não acontece com as mulheres, onde há variações segundo tais condicionamentos. As mulheres de camadas populares geralmente ingressam na vida sexual mais cedo. Entretanto, entre as moças de todos os segmentos sociais que possuíam um projeto de estudo e uma trajetória escolar ascendente observou-se uma tendência a adiar tal ingresso, o que não ocorre entre os rapazes na mesma situação (Bozon; Heilborn, 2006). O preservativo masculino foi o método contraceptivo mais adotado por homens e mulheres, seguido da pílula, havendo diferenças entre as regiões estudadas<sup>18</sup>. Os jovens declararam, ainda, não haver um diálogo explícito entre os parceiros sobre questões ligadas à proteção de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez. Em ambos os sexos, a prevalência do uso de métodos de contracepção aumentou com a renda familiar *per capita*.

No que alude às pressões sociais e aos papéis de gênero, Cabral (2002) observou em sua pesquisa com pais adolescentes uma contradição no que se refere à utilização dos métodos contraceptivos. Embora a expectativa de proteção esteja associada à mulher, esta, aos olhos destes rapazes, teria que parecer “despreparada” tanto ao iniciar a vida sexual quanto a cada novo relacionamento. Fazer uso de algum método poderia significar o planejamento da atividade sexual, o que não corresponderia ao imaginário da mulher inexperiente. Em contrapartida, os garotos esperam que as jovens tenham relações pré-maritais. Estas diferenças podem contribuir para que as moças encontrem dificuldades em negociar com seus parceiros a contracepção; em consequência, elas acabam assumindo para si o cuidado pelo uso de métodos contraceptivos e, quando não o fazem, muitas vezes são responsabilizadas por isso, como podemos observar nas falas a seguir:

Maria (18 anos): (...) *ele falou não vai ter problema não, eu também ia na dele e aconteceu, eu ainda falava com ele: Fernando você sabe que eu não estou tomando o remédio direito, “não é muito ruim”* (se referindo ao uso do preservativo). *O que mais me deu raiva foi depois quando ele disse que a culpa era minha porque eu tinha engravidado, eu falei mas você lembra que eu falei*

<sup>18</sup> O uso do preservativo masculino teve maiores dados observados em Salvador, sendo referido por 89% das mulheres e 81% dos homens. A pílula alcançou o maior percentual de uso entre as mulheres do Rio de Janeiro (19,9%) e o menor em Porto Alegre (12,6%).

*com você várias vezes que eu não estava tomando o remédio direito e mesmo assim você insistia, eu era boba, pra ela não ficar chateado comigo, porque se eu não cedesse ele ficava chateado, saia no outro dia e batia a porta e nem falava comigo. (...) quando ele falou que a culpa era minha, eu falei mas você sabe disso, sabe que você que insistiu pra gente fazer assim mesmo e agora você está falando que a culpa é minha, ele dizia: “mas a culpa é sempre da mulher, porque você sabia que quem ia engravidar era você”.*

O relato evidencia a existência de uma hierarquia entre os gêneros na negociação da contracepção, marcando a dominação masculina em relação ao uso do preservativo. Questão semelhante aparece em outro caso:

Elisângela (pesquisadora): *Você contou que vocês não estavam usando nada para evitar a gravidez, mas vocês conversavam sobre isso?*

Teresa (17 anos): *A gente até conversava, mas ele nunca queria usar camisinha, foi até na sorte que não aconteceu antes.*

Pesquisadora: *Ele falava porque não queria usar?*

Teresa: *Falava que não gostava, por isso não usava.*

Ainda sobre a adoção de práticas preventivas na adolescência, é significativo o fato de que no conjunto de nossas entrevistas nenhuma das jovens tenha relatado ou justificado a gravidez em função da falta de informação sobre métodos contraceptivos. Ao contrário, algumas inclusive reforçaram que a gravidez não era consequência do desconhecimento sobre mecanismos de contracepção.

Maria (18 anos) - *Eu acho que hoje em dia falta de informação não é, na escola tem muita informação, mas você pensa que nunca vai acontecer com você ou você acha que aquela pessoa é o príncipe encantado (...).*

Elisângela (pesquisadora): *Por que você acha que meninas engravidam nessa idade?*

Gabriela: *Porque não se previnem, só.*

Pesquisadora: *Você acha que não é questão de informação?*

Gabriela: *Não, tem informação, acontece que a gente segue se quiser*

Elisângela (pesquisadora): *Mas antes você e seu namorado estavam evitando a gravidez?*

Carla (17 anos): *Foi assim, eu comecei a tomar ... a minha mãe nem sabe dessas coisas, por isso que eu não queria que ela ficasse aqui, eu comecei a tomar remédio, aí quando eu terminei o namoro eu parei de tomar o remédio.*

Elisângela – *Você começou por conta própria?*

Carla: *Não, eu fui na ginecologista e ela me passou um remédio, fiquei dois meses tomando ele, aí quando terminei o namoro eu parei de tomar o remédio, não sei se eu achei que fosse virar santa (risos) e voltei a namorar com ele, e foi o que aconteceu. Achava que uma vez só não ia acontecer nada, mas aconteceu!*

Tais depoimentos servem de contraponto aos discursos proferidos não somente pelo senso comum, mas também por especialistas e pelos veículos de comunicação que tendem a atribuir os casos de gravidez na adolescência à desinformação sobre contracepção. Mesmo que os depoimentos não possibilitem mensurar a qualidade da informação recebida pelas jovens, assim como seu grau de entendimento, eles apontam para a existência de outros elementos agindo concomitantemente à adoção de práticas preventivas.

Carla (17 anos): *eu achava que isso nunca ia acontecer comigo, que acontece com mil pessoas, mas eu sou muito diferente de todo mundo, mas é claro que quando descobri (se referindo a gravidez) foi aquela coisa, como isso foi acontecer? É claro que eu sei como foi acontecer, se eu fosse mais inteligente, mas foi uma coisa louca.*

Observamos também diferenças significativas nos padrões de uso de preservativo segundo o tipo de vínculo com o parceiro. Se os dados confirmam que a adoção de contracepção na iniciação sexual vem aumentando, ratificando a tendência dos jovens se iniciarem lançando mão de práticas protegidas, por outro lado, na medida em que os vínculos afetivos aumentam, o preservativo é dispensado, associado à ideia de que o conhecimento e a confiança no parceiro seriam fatores “preventivos”, fato já registrado na literatura (Castro; Abramovay; Silva, 2004). Notamos isto nos depoimentos:

Elisângela (pesquisadora): *Vocês estavam evitando a gravidez de alguma maneira?*

Roberta (17 anos): *Não.*

Pesquisadora: *E a camisinha?*

Roberta: *A gente usava camisinha no início, só que depois ... também são quatro anos.*

Helena (18 anos) - *Eu falo que parece que a gente estava pedindo, porque no começo do nosso namoro a gente estava se prevenindo, usava camisinha, eu tomava pílula, depois eu só fiquei usando a pílula e largamos a camisinha, depois eu parei de usar a pílula e a gente continuou transando sem camisinha, aí eu engravidei.*

Maria (18 anos): *Eu tomava remédio, era tudo direitinho, mas com o Gabriel eu acho que eu me apaixonei por ele de um jeito que eu sabia que se eu fizesse sem camisinha eu ia engravidar, mas eu não pensava, eu achava que não ia acontecer, hoje não vai acontecer, só dessa vez, quando vi já estava. Eu tomava remédio, mas eu esquecia, tomava no dia seguinte, dava aquela confusão e aconteceu!*

Os relatos anteriores permitem observar a existência de um “descuido” nas práticas de proteção para a gravidez na medida em que se consolidam em relacionamentos mais estáveis. Entretanto, é preciso destacar que existem também fatores de ordem subjetiva interagindo com a adoção ou não de práticas contraceptivas. Percebemos que, mesmo nos casos de ocorrência de um atraso menstrual prévio à situação de gravidez, resultando em preocupação para o casal, tais “sustos” não foram suficientes para reverter a conduta contraceptiva, como podemos observar:

Helena (18 anos): *No início deste ano estávamos achando que eu estava grávida, fizemos o teste e deu negativo, quando foi em abril a gente começou de novo a achar que eu estava grávida, fiz o teste o teste da farmácia e deu positivo, esperei mais um tempo e fiz a ultra, eu estava com oito semanas.*

Elisângela (pesquisadora): *Depois dessa primeira suspeita que deu negativa vocês continuaram transando sem nenhuma proteção?*

Helena: (risos) *pois é justamente pedindo né?*

Tal postura pode ser entendida também como uma forma de transgredir a norma que institui a racionalização do exercício sexual, adotando práticas de proteção à gravidez e às DSTs. Em outros casos, o não uso de contracepção esteve relacionado ao desejo de engravidar ou ainda a uma prova de confiança em relação ao parceiro, mesmo assumindo os riscos de tal prática.

Elisângela (pesquisadora): *Você e seu namorado evitavam a gravidez de alguma forma?*

Beatriz (18 anos): *De nenhuma forma, eu nunca me preveni com nenhum método.*

Pesquisadora: *Nem camisinha?*

Beatriz : *Nada, porque eu perdi a virgindade com ele na verdade, então não tinha porque, eu não saía com outros homens, então se eu aparecesse com alguma coisa com certeza foi ele que me passou, entendeu? Aí seria um risco, eu estava arriscando a minha vida, porque a gente não coloca a mão no fogo por ninguém. Eu não tinha preocupação nem com doença e nem com filho porque eu sempre quis e, de alguma forma eu tinha que engravidar.*

Como refletimos neste item uma série de fatores convergem para a utilização de métodos contraceptivos pelos casais. A importância de viabilizar o acesso à informação é indiscutível; entretanto, é preciso também refletir sobre o modo como o conhecimento é transmitido. Adriana (16 anos), uma das participantes da pesquisa que integrava um projeto onde os/as adolescentes multiplicavam informações sobre saúde e sexualidade, nos deixa uma dica:

Elisângela (pesquisadora): *Por sua experiência você acha que a maioria dos adolescentes tem dúvida, mas não pergunta?*

Adriana: *Não pra adulto, adolescente tem muita vergonha de perguntar pra um adulto, às vezes está rolando aquela palestra, é aquela coisa, só tem jovens e um adulto fala tudo de uma maneira que a gente não entende, a gente vai estar na dúvida, mas vai ficar quieto prestando atenção, vai entrar num ouvido e sair no outro, e quando era a gente adolescente que estava passando até mesmo planejamento familiar rolava aquela brincadeira, dava pra ver que estava todo mundo a vontade, todo mundo descontraído.*

Elisângela: *Estavam falando de igual pra igual.*

Adriana: *Isso. E quando era o assistente social que começava a dar (a palestra) você via que as pessoas estavam com uma cara meio que de medo, parecia que era com restrição e ficava chato.*

(...)

Adriana: *Não adianta eu começar a falar um monte de nome difícil, por exemplo, tinha gente que não sabia o que era coito interrompido e é uma coisa que a maioria dos jovens faz, mas não sabem o perigo disso.*

Elisângela: *Mas não conhecem com esse nome*

Adriana: *Isso, e muitas vezes escutavam o profissional falar e ficavam calados, não sei mas também não vou perguntar, ficava naquela “eu devo ser a única que não sei”.*

Essas falas apontam para a necessidade de se ouvir o jovem no momento da elaboração de políticas públicas que atendam às demandas destes grupos.

#### 4.1.7

#### **Gravidez e escolaridade: um paradoxo?**

Um argumento comum sobre a problemática da gravidez na adolescência é a associação de tal fato com a interrupção dos estudos e a entrada considerada prematura no mercado de trabalho. Neste sentido, realçam-se associações entre o fato e o desencadeamento de vulnerabilidades sociais, sobretudo de reprodução da pobreza, no caso de jovens de famílias com menor poder aquisitivo (Castro; Abramovay e Silva, 2004). Essa visão é amplamente propagada reforçando as consequências desastrosas de uma gravidez que, por este viés, estaria ajudando a compor um quadro de “desvantagem social” (Cabral, 2003). Esta mesma autora classifica de “tradicionais” alguns enfoques dos campos de estudos sociodemográficos e médico-epidemiológico que vinculam gravidez na adolescência à pobreza. Seu argumento é de que estes enfoques acabam por reduzir processos complexos a um ou outro fator explicativo, tais como as associações estabelecidas entre gravidez na adolescência e reprodução intergeracional da pobreza. Deste modo, o que está em pauta é a ideia da gravidez nos segmentos mais jovens enquanto mecanismo de transmissão da pobreza, uma vez que esta seria responsável pela interrupção do processo de escolarização, ocasionando precária inserção no mercado de trabalho.

esta proposição se presta, muito facilmente, a completar um silogismo com a necessária conclusão de que um declínio no número de gestações na adolescência contribuiria, então, para a redução da pobreza. Nesta perspectiva, a gravidez na adolescência torna-se alvo de intervenções múltiplas de programas e políticas públicas, pois deve ser prevenida. (Stern e Garcia, 1999; Stern e Medina, 2000 *apud* Cabral, 2002:182)

Entretanto, a relação causal entre gravidez na adolescência e abandono dos estudos merece ser questionada, uma vez que esta assertiva não considera a experiência dos diferentes contextos sociais e os diversos fatores que podem contribuir na interrupção do processo de escolaridade.

Heilborn *et al* (2002) observou em sua pesquisa que a classe social tem nítido impacto no modo como se estruturam as trajetórias escolares e de profissionais, tanto para os jovens que foram pais e mães no período da

adolescência, quanto para aqueles que não tiveram esta experiência. Segundo ela, “a localização dos sujeitos na estrutura social é fundamental para discriminar o impacto da parentalidade<sup>19</sup> adolescente sobre suas biografias; mas os constrangimentos de gênero desempenham igualmente papel significativo” (p.32). Os dados de seu estudo demonstram que a chegada de uma criança tem efeitos diferenciados nos percursos escolares e profissionais de rapazes e moças, mesmo considerando as diferenças de classe. Para os rapazes de classe média, a paternidade na adolescência exerce um reduzido impacto nos projetos de escolarização e inserção profissional. É a família de origem destes rapazes que fornece o suporte material para a criança, possibilitando a preservação dos projetos educacionais e de carreira. Comparando aos jovens pais das classes médias, os pertencentes às classes populares que experimentaram a paternidade exerciam, em grande parte, algum tipo de atividade remunerada, e uma proporção menor dava continuidade aos estudos. Todavia, estes dados sugerem que a paternidade não é um fator relevante para explicar o modo como se organizam as carreiras profissionais e escolares dos jovens pais de espaços populares, uma vez que esta trajetória é semelhante entre aqueles que não vivenciaram a paternidade. De modo inverso, o impacto da maternidade na adolescência em relação ao desenvolvimento escolar e profissional foi superior em ambas as classes se comparadas ao universo masculino. Entretanto, existem especificidades em relação a maternidade adolescente quando observamos pelo prisma da classe social. Enquanto nas classes médias (até o momento da maternidade) as jovens mantinham uma trajetória escolar linear, sem suspensões significativas, nas classes populares este percurso já apresentava interrupções, tendo em vista que a saída da escola muitas vezes antecede a gravidez.

Em nosso trabalho, das dezesseis meninas que estavam fora da escola no momento da pesquisa, metade delas informou que a interrupção havia ocorrido antes da gravidez. Embora nossa pesquisa tenha sido realizada com um número reduzido de participantes, visto que nossos objetivos eram de ordem qualitativa sobre o impacto da gravidez e a saída da escola, pudemos sinalizar que a gestação

---

<sup>19</sup> O termo “parentalidade” engloba a idéia de maternidade e paternidade. O neologismo visa suprir a ausência de uma palavra em português correspondente a *parenthood* na língua inglesa (Heilborn, 2006, p.30)

é um entre tantos outros motivos que colaboram para uma vida escolar marcada por rupturas significativas. Segue alguns depoimentos sobre os motivos que levaram à saída da escola:

*Irene (18 anos): Não teve nada a ver com a gravidez, eu parei para trabalhar, porque apareceu um trabalho de recepcionista, mas ano que vem se Deus quiser eu vou voltar a estudar e a trabalhar também.*

*Rafaela (18 anos): Porque não estava mais a fim de ir pra escola, tinha colocado na cabeça que não queria mais estudar. A minha mãe falou que não ia me obrigar, porque na frente seria eu quem iria precisar, então eu parei de ir pra escola.*

*Luciana (18 anos) - Por causa do trabalho mesmo, estava muito cansativo, era uma época que eu estava trabalhando muito, estava saindo tarde e não dava tempo de chegar na escola, eu fui deixando, passou um mês, dois ... a escola também não ajudava muito, porque quando eu ia pra escola não tinha aula.*

Estas narrativas reforçam o argumento apresentado anteriormente de que o processo de escolarização nas classes populares se desenvolve de modo mais irregular.

Ampliando o debate, Souza e Silva (2003) argumenta que existe um conjunto de fatores que contribuem para a permanência longa ou curta dos jovens no espaço escolar. Em relação ao processo educacional de jovens pertencentes a setores populares, o autor lembra que a escola é um investimento a longo prazo e, em se tratando de famílias com poucos recursos materiais, as necessidades mais imediatas de sobrevivência acabam pressionando a entrada dos jovens no mercado de trabalho antes de concluírem os estudos.

Algumas meninas que saíram da escola após a gravidez alegaram que passavam mal no trajeto e/ou no espaço escolar, afirmando ser este o motivo do abandono. Além disso, nos grupos de apoio<sup>20</sup> realizados na Maternidade Escola da UFRJ observou-se que muitas delas desconheciam o direito à licença para estudantes gestantes - Lei nº 6.202/75, instituída pelo decreto nº 1.044 – que determina que a partir do oitavo mês de gestação e durante os três meses subsequentes a estudante ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, o

---

<sup>20</sup>. Esses grupos são mencionados no capítulo III.

que necessita de comprovação por atestado médico. Deste modo, quando o nascimento da criança estava previsto para um período anterior ao término do ano letivo elas, antecipadamente, deixavam a escola acreditando que “perderiam” o ano de qualquer maneira.

Elisângela (pesquisadora): *Mas a escola tem que dar licença pra você, eles precisam dar trabalhos pra que você faça em casa, alguma coisa pra você conseguir ter o conteúdo das matérias.*

Luciana (18 anos): *Isso eu não sabia*

De maneira inversa, a chegada de uma criança também se apresentou como um fator motivador para retomada ou continuidade dos estudos:

Tatiana (18 anos): *Estou estudando, estou fazendo o 1º ano, agora eu vou com toda vontade, mesmo às vezes não estando a fim eu penso: eu tenho o meu filho, preciso ir.*

Carla (17 anos) - *a minha vida mudou pra caramba, até mesmo no estudo, eu era tão desregulada da idéia, agora eu fico pensando que se eu não conseguir nada na vida, alguém que está dependendo de mim também não vai conseguir, eu era muito inconstante. Estou no 3º ano, vou fazer vestibular agora, tudo direitinho.*

Ana (18 anos) - *Voltar a estudar vai ser a primeira coisa que vou fazer.*

Essas reflexões nos ajudam a perceber que existem muitos elementos em pauta na descontinuidade do processo de escolarização; a gravidez na adolescência pode ter reflexos significativos neste processo, principalmente no caso das mulheres, mas não deve ser encarada dentro de uma relação de causa e efeito, visto que tal análise negligencia outros aspectos sociais.

#### 4.1.8

#### **Família e sexualidade: diálogos possíveis**

A família assume um lugar de destaque no processo de socialização da sexualidade, transmitindo conhecimentos, mas também normas e valores que vão orientar as práticas dos sujeitos, “tanto no que diz respeito à sexualidade como à reprodução.” (Aquino *et al*, 2006, p.322). Mesmo que seja observada uma maior

sensibilidade das famílias em discutir este tema, o assunto ainda é, geralmente, tratado com caráter de aconselhamento ou prescrição moral. Desse modo, falar de sexualidade na adolescência ainda permanece um “tabu” nas famílias, como podemos observar na fala de uma jovem ao relatar que o diálogo acontece, porém com restrições: “*de namoro eu falava, mas de sexo não!*” (Carla, 17 anos).

Com relação à falta de comunicação no núcleo familiar sobre sexualidade e contracepção, Abramovay *et al* (2004) afirmam que essa dificuldade não se explicaria, necessariamente, por uma “evasão moralista, desinteresse ou irresponsabilidade por parte dos pais” (p.151). Para as autoras, ao não saberem lidar com a própria sexualidade, os pais tenderiam a reproduzir a desinformação sobre esses temas através das gerações.

Os dados de nossa pesquisa revelam que as mães são as principais interlocutoras na comunicação familiar sobre os temas de sexualidade e reprodução, principalmente no caso das adolescentes.

Elisângela (pesquisadora): *E na sua casa como era essa coisa de namoro, você podia falar sobre sexo, tinha espaço pra isso?*

Leila (15 anos): *Só com minha mãe, o meu pai não é muito liberal não.*

Tatiana (18 anos): *Minha mãe sempre foi muito liberal comigo, sempre me deu oportunidade pra chegar e conversar com ela sobre tudo da minha vida, eu sempre me abri com ela.*

Roberta (17 anos): *Minha mãe nunca escondeu nada, a minha mãe é muito engraçada quando conversa, ela tenta pegar tudo na brincadeira, faz tudo na brincadeira, e acaba que eu me sinto à vontade e acabo falando, aí eu não fico com vergonha e acabo falando tudo.*

O fato das mães se apresentarem as responsáveis pelas conversas sobre gravidez e contracepção pode ter relação com uma lógica de gênero, pela qual caberia à mulher cuidar dos nexos entre sexualidade e reprodução.

Há que se levar em conta, ainda, que as comunicações na família podem contribuir de modo explícito ou não para reforçar os estereótipos de gênero em relação ao exercício da sexualidade. Na maioria das vezes, existe uma tendência a estimular a iniciação sexual masculina e a reprimir a feminina com o intuito de

postergar a primeira relação sexual das meninas, reforçando a importância da virgindade e do envolvimento emocional.

Os diálogos sobre sexualidade na adolescência se tornam, especialmente, difíceis em virtude de determinada percepção que considera que ao falarmos sobre o tema estaríamos incentivando ou autorizando o início da vida sexual num período que ainda é considerado impróprio.

Em reportagem<sup>21</sup> apresentada num programa de grande repercussão sobre a distribuição de camisinhas em escolas de ensino médio, as opiniões de pais e educadores se dividiram. Uma professora se mostrou favorável ao debate no âmbito escolar, pois *“a escola deve preparar o aluno em todos os âmbitos da vida: sexual, emocional, intelectual, etc”* Em contrapartida o assunto não foi bem recebido por responsáveis e mesmo alunos. *“Eu acho que a escola não é o lugar mais apropriado para isso. Primeiro a educação sexual tem que vir de casa, dos pais”*, argumenta uma jovem. *“Eu sou contra a distribuição da camisinha na escola pelo fato de se incentivar o início da vida sexual deles”*, comenta a psicopedagoga da escola, e completa: *“Eu sou completamente contra. As escolas não estão preparadas para este passo, podendo estar banalizando o ato sexual em si, incitando essas crianças a uma vida sexual precoce”*. Sobre este “temido” incentivo uma jovem contra argumenta: *“Eu não vou fazer sexo porque tem um negócio de camisinha no banheiro. Mas se eu quero fazer sexo, qual é o problema?”*.

Concordamos que o simples fato de distribuir preservativos não é por si só suficiente para fazer com que seu uso seja incorporado às práticas sexuais (independente da idade), contudo, negligenciar a sexualidade adolescente é se esquivar de uma experiência que merece ser considerada.

Neste sentido, salientamos que um trabalho de educação em sexualidade deve ser desenvolvido em conjunto com alunos, pais e professores visando romper com a lógica da simples transmissão de conhecimento (com ênfase nos aspectos biológicos do desenvolvimento), que exclui desse processo as experiências dos jovens.

---

<sup>21</sup> Reportagem exibida no programa “Fantástico” em 05/09/2010.

#### 4.1.9

##### **Desafio: da proteção a conquista de autonomia**

A discussão sobre autonomia e tutela veio à tona em diversos momentos da pesquisa. Inicialmente ela surgiu relacionada à obtenção da assinatura pelo responsável, no caso das menores de 18 anos, do termo de consentimento livre e esclarecido. Se, por um lado, compreendemos que a exigência desta assinatura pelos comitês de ética em pesquisa se justifica como garantia contra abusos e usos indevidos, por outro lado, essa cobrança revela uma ambivalência da própria condição em que se encontram as adolescentes grávidas: não são legalmente autorizadas para falar sobre si mesmas, mas estão prestes a tornarem-se responsáveis por seus filhos.

Jobim e Souza (2010) reflete sobre este tema sinalizando a necessidade de problematizarmos as consequências desta atitude protecionista em termos políticos. Sem negar a importância dos avanços históricos frente ao dever do Estado em garantir os direitos da criança e do adolescente, a autora argumenta que o discurso da proteção cria uma condição de dependência e de incapacidade sociopolítica da criança e do adolescente.

Durante o percurso da pesquisa, o tema da autonomia também surgiu no discurso de uma profissional da área de saúde, responsável pelo atendimento médico das adolescentes. Ao expor a ela a exigência em obter autorização dos responsáveis para que as meninas pudessem participassem da pesquisa, a profissional interrogou-me sobre a real necessidade deste procedimento, argumentando que as meninas iriam falar apenas o que quisessem, e que não seriam submetidas a qualquer tipo de experimento.

Este tema também retornou no relato de uma das entrevistadas, desta vez relacionado ao modo como os serviços de saúde têm lidado com esta questão.

*Adriana (16 anos): Foi como na primeira consulta, era para começar num dia e não consegui começar porque não estava com meu responsável. Eu pensei, eu estava com o meu responsável na hora de fazer? Sem cabimento, me falaram: “a gente não vai ter como abrir seu prontuário”, nem quis argumentar porque pelo ECA é um direito nosso a gente ser atendido sozinho. E se meus pais não soubessem? O sigilo é meu. Me responderam que não podia iniciar sem terem certeza que meus pais sabiam. E daí? E se eu estivesse passando mal, só porque não estou com meu responsável eu não poderia ser atendida, mas não quis nem*

*argumentar porque minha cabeça estava tão cheia. Vim depois e trouxe o meu país, e o que meu pai veio fazer o que aqui? Nada, porque meu pai trabalha de noite, de manhã é o horário que ele chega e vai dormir, então meu pai estava aqui dormindo, eu achei aquilo totalmente desnecessário, pra que eu preciso de meu pai aqui, somente para que vissem que ele estava aqui?*

O que se percebe a partir dos depoimentos das jovens é a reivindicação do direito a ter autonomia para participar da decisão sobre questões que dizem respeito ao seu corpo, à sua vida. Neste caso, não estamos defendendo a ausência da responsabilidade do adulto frente às demandas dos adolescentes, mas o respeito do adulto em relação à singularidade da experiência do jovem e o seu direito de ser responsável em primeira instância por decisões que afetam sua vida diretamente. Entendemos que o discurso da proteção deve evoluir para o dever ético de considerar o adolescente como sujeito de direitos e que o papel do adulto deve ser o de apoiar e orientar os jovens em suas escolhas responsáveis.